



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° _____, DE 2019
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a convocação do Ministro da Saúde para prestar esclarecimentos sobre os retrocessos da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, e as principais consequências para a garantia dos direitos dos usuários, familiares e profissionais da Saúde Mental.

Senhor Presidente,

Requemos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1º, do Regimento Interno, que seja automaticamente convocado o Senhor LUIZ HENRIQUE MANDETTA, Ministro de Estado da Saúde, a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre os retrocessos da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, e as principais consequências para a garantia dos direitos dos usuários, familiares e profissionais da Saúde Mental.

JUSTIFICAÇÃO

Adoção de eletrochoques, internação de crianças em hospitais psiquiátricos e abstinência no tratamento de dependentes químicos. Esta realidade, que parece ter ficado para trás passados 30 anos de luta contra a lógica manicomial por profissionais, usuários e familiares da saúde mental, ameaça retornar ao Brasil após publicação de portaria do Ministério da Saúde em 6 de fevereiro de 2019. O documento de 32 páginas é visto como um profundo retrocesso na Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

Em contraponto, o Movimento de Luta Antimanicomial lançou um manifesto que marca a posição contra o recuo na política de redução de danos. O texto ressalta que os manicômios tem sua lógica marcada pelo sofrimento, segregação, anulação da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY-PT/DF

subjetividade, violência e morte.

Nesse horizonte, consideramos fundamental que o Ministro da Saúde venha à Comissão de Direitos Humanos para prestar os esclarecimentos sobre as principais mudanças feitas na Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, bem como sobre os impactos dessas mudanças na qualidade de vida das pessoas com transtorno mental, de seus familiares e dos profissionais da área.

Assim, é imprescindível trazer à luz a perspectiva dos direitos de saúde dos usuários como um bem social e jurídico a ser cuidado e respeitado.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY-PT/DF**